



TÉCNICO DE APOIO PEDAGÓGICO PEDAGOGIA

20/04/2014

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
MATEMÁTICA	11 a 20
NOÇÕES DE INFORMÁTICA	21 a 30
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	31 a 60

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO FOR AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 60 questões.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha, no cartão-resposta, a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. As provas terão a duração de **quatro horas**, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta, a transcrição da folha de resposta e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se do prédio após terem decorridas **duas horas de prova**. O caderno de questões só poderá ser levado depois de decorridas **três horas** de prova.
6. Será terminantemente vedado ao candidato sair do local de realização da prova, com quaisquer anotações, antes das **16 horas**.
7. **AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.**

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01** a **05**.

Texto 1

Governo corre para se adaptar à nova lei

Regra que obriga o poder público a fornecer informações solicitadas pelos cidadãos entra em vigor na quarta-feira

Até a sexta, só 23% de 52 órgãos consultados haviam criado local próprio para receber os pedidos da população

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

A três dias da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, ministérios, órgãos e estatais correm para colocar em funcionamento as salas de atendimento ao público, uma exigência legal.

A lei, sancionada em 18 de novembro do ano passado, regulamenta o acesso a informações públicas e sigilosas.

A partir de quarta, quando ela entra em vigor, os órgãos terão prazos definidos para responder aos pedidos, e o servidor que descumprir a lei poderá ser punido — pode até sofrer processo por improbidade administrativa.

Os efeitos da lei se estendem aos três Poderes da União, Estados e municípios.

Segundo a lei, os órgãos devem colocar em funcionamento os SICs (Serviços de Informações ao Cidadão), que devem ter “condições apropriadas” para acolher os pedidos e orientar o público sobre o acesso a informações.

De acordo com o governo, uma sala com cadeiras, recepcionista e identificação visual própria, onde a pessoa pode protocolar seus pedidos e receber as respostas.

De 52 órgãos do Executivo, Judiciário e Legislativo, bancos e empresas públicas consultados pela **Folha** na semana passada, apenas 12 (ou 23% do total) declararam que seus SICs já estavam abertos e em funcionamento.

Quatro deles, na verdade, são setores que já existem há anos, como a Ouvidoria do TCU (Tribunal de Contas da União) e a Central do Cidadão do Supremo Tribunal Federal, agora com novas funções.

RETA FINAL

A maior parte dos órgãos consultados (37), incluindo a Presidência da República, promete colocar em atividade seu SIC no dia em que a lei entrar em vigor. A Câmara dos Deputados e o Senado também prometem abrir as salas na quarta-feira.

O governo federal anuncia ainda que vai inaugurar um sistema informatizado que permitirá ao cidadão, pela internet, protocolar e acompa-

nhar os pedidos e receber as respostas e os alertas sobre os prazos dos recursos dos pedidos indeferidos. O sistema, batizado de “e-SIC”, deverá entrar no ar no dia 16, hospedado no site da CGU (Controladoria Geral da União) na internet.

“SENSIBILIZAÇÃO”

Coube à diretora de Prevenção da Corrupção da CGU, Vânia Lúcia Ribeiro Vieira, o papel mais direto de acompanhar e orientar, no âmbito dos ministérios, fundações e autarquias federais, as medidas para cumprimento da lei.

O chefe da CGU, Jorge Hage, já afirmou em entrevistas considerar que a preparação de Estados e municípios para aplicar a lei é bem mais precária e preocupante.

Vânia reconhece que tudo será inútil se não houver uma “mudança de mentalidade”: da “cultura do segredo” para a “cultura da transparência”.

Se os pedidos começarem a ser indeferidos de forma indiscriminada, os órgãos serão arrastados a longas discussões judiciais.

“Não se faz da noite para o dia, é uma questão cultural”, disse Vânia, para quem o exemplo deve vir de cima. Em vários ministérios, os ministros compareceram às palestras. A CGU diz ter feito “workshops de sensibilização”. Segundo o órgão, todos os 38 ministérios estarão prontos para cumprir a lei a partir de quarta-feira.

Algumas manifestações dos órgãos consultados pela **Folha** permitem prever o que deve ocorrer a partir de quarta. No Executivo federal, até pelo treinamento oferecido pela CGU, espera-se comportamento padronizado. Mas há incógnitas em outros setores.

A Câmara dos Deputados, por exemplo, diz que a partir de quarta seu SIC receberá o cidadão e, “a depender da natureza” da solicitação, o “encaminhará” ao órgão adequado. A lei, contudo, não diz que a tarefa essencial do SIC seja fazer “encaminhamentos”, mas sim já protocolar e processar o pedido.

A divulgação ou não de algumas informações consideradas mais sensíveis, como a folha de pagamento detalhada dos servidores, também deverá gerar controvérsia.

Alguns órgãos dizem aguardar decreto da presidente Dilma Rousseff regulamentando os procedimentos, ainda sem data para ocorrer.

COMO TER ACESSO À INFORMAÇÃO

Lei regulamentou acesso a informações públicas



O QUE O E-SIC AVISARÁ

- 1 Se o pedido foi aceito
- 2 Se possível, cópia on-line da informação
- 3 Como a informação pode ser obtida
- 4 Prazos e resultados dos recursos

PRAZOS PARA O PEDIDO SER ATENDIDO

- > Não sendo possível atender o pedido imediatamente, o órgão público tem um prazo de até 20 dias
- > O prazo poderá ser prorrogado por mais 10 dias “mediante justificativa expressa”



E SE O PEDIDO FOR REJEITADO?

Nos órgãos vinculados à União, dois recursos são cabíveis:

- > 1º recurso: o órgão que recusou liberar a informação deve indicar o setor hierarquicamente superior a ele para onde o requerente deve encaminhar um recurso
- > Prazo para o recurso: 10 dias
- > Prazo para a decisão do órgão: 5 dias

2º recurso: caso o órgão novamente negue a informação, o requerente pode recorrer à CGU (Controladoria-Geral da União)

- > Prazo para o recurso: não disposto na lei
- > Prazo para a decisão do órgão: não disposto na lei

Nos órgãos vinculados à União e nos casos relativos a informações consideradas sigilosas:

- > 3º recurso: o requerente que não consegue acesso a informações consideradas sigilosas após ter recorrido ao órgão e à CGU tem direito a um terceiro recurso, na Comissão Mista de Reavaliação de Informações
- > Prazo para o recurso: não disposto na lei
- > Prazo para a decisão do órgão: não disposto na lei

Nos órgãos vinculados a Estados e municípios e os Poderes Judiciário e Legislativo:

- > A lei não esclarece. Estados, municípios, Judiciário e Ministério Público deveriam baixar regulamentações próprias para estabelecer quais os recursos possíveis ao cidadão que teve o pedido indeferido

MAIS SOBRE A LEI: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacao.gov/>

SP diz que já dá acesso e descarta nova estrutura

SILVIO NAVARRO
DE SÃO PAULO

Em São Paulo, o governo promete publicar um decreto nesta semana para regulamentar o acesso a informações e identificar os documentos que são considerados sigilosos.

A maioria dos órgãos do Estado procurados pela **Folha**, nas três esferas de poder, descartou montar uma estrutura para atender demandas. Argumentam que já prestam o serviço e não produzem documentos sigilosos.

Segundo o Arquivo Público do Estado, o decreto do governo contemplará a criação do SIC (Serviço de Informações ao Cidadão).

“O caráter de [documento] sigiloso, porém, será excepcional, devendo ser regra geral o acesso irrestrito”, afirmou o Arquivo.

A **Folha** procurou outros seis órgãos nas esferas do Legislativo e do Judiciário e a Prefeitura de São Paulo. A maioria disse que raramente guarda informações sigilosas e descartou criar um órgão específico para cuidar da demanda por documentos.

A prefeitura argumentou que a lei “não trouxe grandes inovações” porque a cidade já dispõe de legislação específica.

A Câmara Municipal de São Paulo disse que não produz documentos sigilosos e que sua Ouvidoria tem competência para atender aos pedidos de informação.

JUDICIÁRIO

Os tribunais paulistas seguiram a mesma linha.

“Não houve necessidade de providências, pois a atuação do tribunal em relação ao acesso às informações se coaduna com o previsto na lei”, afirmou Tribunal Regional Eleitoral.

O Tribunal de Justiça de SP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo informaram que publicarão resoluções sobre o tema, mas que boa parte das exigências já é atendida atualmente.

— QUESTÃO 01 —

O suporte do texto é um jornal de circulação diária. Esse tipo de suporte torna as informações voláteis, dependentes do contexto de situação e das condições de sua produção. Por isso, a construção do sentido, que faz progredir o texto, está vinculada a informações externas, recuperáveis na leitura pelo recurso da

- (A) anáfora.
- (B) inferência.
- (C) metáfora.
- (D) polissemia.

— QUESTÃO 02 —

Uma das características textuais dos gêneros do discurso jornalístico é a argumentação persuasiva. No plano argumentativo do texto, a estratégia de convencimento do leitor é:

- (A) o destaque ao descaso da imprensa com a opinião pública.
- (B) a apresentação de resultados de pesquisas realizadas pela *Folha*.
- (C) o empenho dos órgãos públicos em atender a demanda legal.
- (D) a citação de voz de autoridade e dos comandos do Estado.

— QUESTÃO 03 —

A atualidade dos fatos, no texto 1, é expressa

- (A) pelo uso de neologismo.
- (B) pela organização temática.
- (C) pelo jogo entre os tempos verbais.
- (D) pela vinculação entre as sentenças adverbiais.

— QUESTÃO 04 —

O objetivo do infográfico utilizado na matéria é auxiliar na construção dos sentidos e garantir o entendimento das informações. O recurso empregado nessa construção é a

- (A) exemplificação estatística dos dados.
- (B) referenciação metafórica das ideias.
- (C) representação lógica dos argumentos.
- (D) constituição visual das informações.

— QUESTÃO 05 —

No trecho “A lei, sancionada em 18 de novembro do ano passado, regulamenta o acesso a informações públicas e sigilosas”, a oração intercalada funciona como

- (A) explicação detalhada dos acontecimentos.
- (B) complementação da voz do verbo.
- (C) qualificação descritiva dos fatos.
- (D) subjetivação da realidade.

Releia o **Texto 1** e leia o **Texto 2** para responder às questões de **06 a 10**.

Texto 2



Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/politica/lei-acesso-n-opega-em-jf-1.1184818>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

— QUESTÃO 06 —

Os textos 1 e 2 são discursivamente inter-relacionados. O enunciado do texto 1, que mostra a inter-relação de conteúdo discursivo com o texto 2, é:

- (A) “da cultura do segredo para a cultura da transparência”.
- (B) “Não se faz [nada] da noite para o dia”.
- (C) “tudo será inútil se não houver uma mudança de mentalidade”.
- (D) “Os SICs 'devem ter condições apropriadas para atender o público”.

— QUESTÃO 07 —

A construção de sentidos enunciativos é possibilitada pelo arranjo de estruturas e pela combinação de ideias. No texto 2, as ideias são organizadas pela

- (A) coordenação de sentenças.
- (B) oposição de conceitos.
- (C) substituição de termos.
- (D) intersecção de classes.

— QUESTÃO 08 —

A estruturação formal dos textos 1 e 2 prioriza o entendimento por parte do leitor. Essa preocupação é visível no cuidado com a

- (A) marcação direta da intertextualidade entre os textos em questão.
- (B) verificação do valor de verdade das informações veiculadas.
- (C) articulação equilibrada entre textos verbal e não verbal.
- (D) exemplificação comprobatória de todos os fatos relatados.

— QUESTÃO 09 —

No plano da funcionalidade, os textos 1 e 2 têm em comum o caráter

- (A) informativo e instrucional, por meio do intertexto.
- (B) normativo e legal, por intermédio do suporte textual.
- (C) sigiloso e confidencial, por meio da sonegação.
- (D) democrático e atual, por intermédio de neologismos.

— QUESTÃO 10 —

A inter-relação entre os textos é demonstrada também pelos temas abordados. O núcleo temático comum aos dois textos é:

- (A) a gestão democrática da informação.
- (B) o controle da circulação de dados estatais.
- (C) a administração justa dos bens públicos.
- (D) o equilíbrio entre direitos e deveres.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 11 —

Em um determinado mês, uma garota gastou R\$ 75,00 de sua mesada comprando milk-shakes no shopping. Além disso, comprou ingressos para o cinema e pipoca. O valor gasto por ela com pipoca correspondeu ao dobro do valor gasto com os ingressos para o cinema e representava um quarto do valor da sua mesada naquele mês. Tendo em vista essas condições, o valor da mesada nesse mês foi de:

- (A) R\$ 103,12
- (B) R\$ 120,00
- (C) R\$ 195,00
- (D) R\$ 200,00

— QUESTÃO 12 —

Leia o fragmento a seguir.

As empresas de máquinas e implementos agrícolas ligadas à Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) tiveram faturamento de R\$ 13,105 bilhões no ano de 2013, com um aumento de 16,2% sobre 2012.

VALOR ECONÔMICO, Rio de Janeiro, 30 jan. 2014, p. B13. [Adaptado].

De acordo com essas informações, o faturamento, em bilhões de reais, das empresas de máquinas e implementos agrícolas, em 2012, foi, aproximadamente, de:

- (A) 2,123
- (B) 10,982
- (C) 11,278
- (D) 15,228

— QUESTÃO 13 —

Um estacionamento cobra, nas três primeiras horas, cinco centavos por minuto e, nos minutos que excederem a terceira hora, cobra quatro centavos por minuto. A função que descreve o valor total, em reais, a ser pago pelo cliente após decorridos n minutos é:

- (A) $V(n) = \begin{cases} 0,05n, & \text{se } n \leq 180 \\ 0,04(n-180), & \text{se } n > 180 \end{cases}$
- (B) $V(n) = \begin{cases} 0,09n, & \text{se } n \leq 180 \\ 0,09(n-180), & \text{se } n > 180 \end{cases}$
- (C) $V(n) = \begin{cases} 0,05n, & \text{se } n \leq 180 \\ 9,00 + 0,04n, & \text{se } n > 180 \end{cases}$
- (D) $V(n) = \begin{cases} 0,05n, & \text{se } n \leq 180 \\ 9,00 + 0,04(n-180), & \text{se } n > 180 \end{cases}$

— QUESTÃO 14 —

Para guardar com segurança uma senha numérica, um usuário calculou a_{2014} e b_3 , onde a_{2014} é o 2014º termo da progressão aritmética com $a_1=1$ e $a_2=4$, e b_3 é o 3º termo da progressão geométrica com $b_1=1$ e $b_2=2$. A senha é obtida justapondo-se a_{2014} e b_3 . Nesse caso, a senha é:

- (A) 60404
- (B) 60402
- (C) 60394
- (D) 60392

— QUESTÃO 15 —

Uma escola possui noventa alunos matriculados no oitavo ano, que serão divididos aleatoriamente em três turmas de trinta alunos. Nessas condições, a quantidade possível de turmas diferentes é:

- (A) $\frac{90!}{(60!)^3}$
- (B) $\frac{90!}{(30!)^2 60!}$
- (C) $\frac{90!}{30!(60!)^2}$
- (D) $\frac{90!}{(30!)^3}$

— QUESTÃO 16 —

O dono de um restaurante dispõe de, no máximo, R\$ 100,00 para uma compra de batata e feijão. Indicando por X e Y os valores gastos, respectivamente, na compra de batata e de feijão, a inequação que representa esta situação é:

- (A) $X + Y > 100$
- (B) $X + Y \leq 100$
- (C) $\frac{X}{Y} > 100$
- (D) $\frac{X}{Y} \leq 100$

— QUESTÃO 17 —

Para compor um produto usando os pesos em gramas x , y , z de três componentes químicos, respectivamente, deve-se obedecer à seguinte receita: o peso x do primeiro componente é igual ao dobro do peso y do segundo componente, o peso dos três juntos deve ser 1000 g e o peso z do terceiro componente deve superar em 100 g a soma dos pesos dos dois primeiros componentes. A solução do sistema correspondente é:

- (A) $x=200, y=100, z=700$
- (B) $x=150, y=300, z=600$
- (C) $x=300, y=150, z=550$
- (D) $x=250, y=125, z=450$

— QUESTÃO 18 —

Uma empresa realizou uma pesquisa para montar o cardápio para os seus tralhadores. Nessa pesquisa, 29% dos trabalhadores disseram preferir exclusivamente suco de laranja, 13% preferem exclusivamente suco de abacaxi, 10% preferem exclusivamente suco de manga, 8% preferem exclusivamente suco de maçã, 6% preferem exclusivamente suco de uva, 22% bebem qualquer tipo de suco e o restante declara não beber qualquer tipo de suco durante as refeições. De acordo com os dados dessa pesquisa, escolhendo ao acaso um trabalhador dessa empresa, a probabilidade de que ele beba suco de laranja ou de uva é:

- (A) 0,57
- (B) 0,35
- (C) 0,28
- (D) 0,13

— QUESTÃO 19 —

Um fabricante de cereais utiliza embalagens na forma de um prisma reto, de altura 13 cm, cuja base é um octógono regular que pode ser inscrito numa circunferência de raio 7 cm. De acordo com essas informações, o volume dessa embalagem, em cm^3 , é:

Use: $\sqrt{2}=1,4$

- (A) 137,2
- (B) 960,4
- (C) 1783,6
- (D) 3567,2

— QUESTÃO 20 —

Um motorista deseja saber o consumo médio de combustível do seu carro, após percorrer 30 km na cidade e 180 km na estrada, com o seguinte consumo: na cidade de 6 km/L e na estrada de 18 km/L. O consumo médio, em km/L, após percorrer os dois trechos, é dado por:

- (A) $\frac{6+18}{2}$
- (B) $\frac{30+180}{15}$
- (C) $\frac{30}{6} + \frac{180}{18}$
- (D) $\frac{6 \times 30 + 18 \times 180}{2}$

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 21 —

Tomando como referência o Windows 7, os "Porta-arquivos" servem para

- (A) guardar arquivos e pastas para uso futuro.
- (B) manter arquivos sincronizados entre dois computadores diferentes.
- (C) armazenar arquivos de forma segura ao se conectar a redes desconhecidas.
- (D) criar pastas com propriedades especiais de controle de acesso.

— QUESTÃO 22 —

Tanto no Linux quanto no Windows, ao utilizar um dispositivo de armazenamento externo conectado via USB para acesso a arquivos e pastas nele contidos, antes de desconectá-lo do computador, deve-se "removê-lo com segurança". Este procedimento é necessário porque

- (A) o computador pode estar conectado à Internet e algum hacker pode tentar acessar os arquivos contidos no dispositivo externo, o que exige medidas adequadas para garantir a segurança dos dados.
- (B) o dispositivo externo talvez esteja sendo utilizado no momento por algum aplicativo, e a falta desse procedimento pode causar a remoção do referido aplicativo.
- (C) o dispositivo externo pode estar sendo utilizado por algum aplicativo, sendo que a remoção com segurança é necessária para evitar a perda ou o dano a arquivos contidos no dispositivo.
- (D) o ato de apenas desconectar o dispositivo fisicamente irá causar uma falha no sistema, impedindo que o usuário acesse outros dispositivos ou aplicativos instalados no computador.

— QUESTÃO 23 —

No LibreOffice Writer, deseja-se fazer uma busca, em um único passo, por todas (e somente) as palavras que começam com o prefixo "sub". Para isto, deve-se:

- (A) escolher a opção "Editar" → "Localizar e substituir", marcar a opção "Expressões regulares", digitar "\<sub" (sem as aspas) na caixa de texto "Procurar por" e clicar em "Localizar todos".
- (B) digitar as teclas de atalho Control-F, digitar "sub" (sem as aspas) na caixa de texto marcada com o texto "Localizar" e, em seguida, clicar no botão "Localizar todos".
- (C) digitar as teclas de atalho Control-H, digitar "sub" (sem as aspas) na caixa de texto "Procurar por" e, em seguida, clicar no botão "Localizar todos".
- (D) escolher a opção "Editar" → "Localizar" e substituir, marcar a opção "Expressões regulares", digitar "\ \$sub" (sem as aspas) na caixa de texto "Procurar por" e clicar em "Localizar todos".

— QUESTÃO 24 —

Deseja-se padronizar o layout, a formatação e os conteúdos comuns de todos os documentos de texto, apresentações e planilhas produzidos no departamento. Que recurso os aplicativos do LibreOffice (Writer, Presenter e Calc) oferecem especificamente para essa finalidade?

- (A) Autoformatação.
- (B) Modelos ou *templates*.
- (C) Estilos de formatação.
- (D) Autotexto.

— QUESTÃO 25 —

No Mozilla Firefox para Windows, a sequência de operações (1) abrir arquivo, (2) atualizar a página atual ignorando a cachê, (3) aumentar o zoom, (4) abrir nova aba e (5) adicionar a página atual aos favoritos é realizada pelas respectivas teclas de atalho a seguir (o símbolo "-" não faz parte das teclas de atalho):

- (A) Ctrl-A; Ctrl-P; Ctrl-Z; Ctrl-N; Ctrl-F
- (B) Ctrl-O; F5; Ctrl-+; Ctrl-T; Ctrl-Shift-D
- (C) Ctrl-F; Ctrl-F5; Ctrl-+; Ctrl-A; Ctrl-D
- (D) Ctrl-O; Ctrl-F5; Ctrl-+; Ctrl-T; Ctrl-D

— QUESTÃO 26 —

Um usuário que deseje migrar do Mozilla Firefox para o Google Chrome, ambos no Windows, tem a opção de importar as seguintes configurações do Firefox para o Chrome:

- (A) favoritos e abas abertas.
- (B) senhas salvas, favoritos e opções de idioma.
- (C) histórico de navegação, favoritos, senhas salvas e mecanismos de pesquisa.
- (D) favoritos, histórico de navegação, mecanismos de pesquisa e abas abertas.

— QUESTÃO 27 —

Em um navegador Web, como o Mozilla Firefox ou o Google Chrome, qual é a função dos cookies?

- (A) Armazenar o histórico de navegação dos usuários para tornar a navegação mais conveniente ao abrir o navegador novamente.
- (B) Armazenar senhas e outras informações de autenticação solicitadas pelos *websites* visitados.
- (C) Armazenar o conteúdo das páginas visitadas pelos usuários de forma a tornar mais rápido o seu carregamento, caso o usuário queira visitá-las novamente.
- (D) Armazenar informações sobre os *websites* visitados, como o estado de autenticação do usuário e as preferências dos *sites*.

— QUESTÃO 28 —

O significado da sigla RAID e a função da tecnologia que leva esse nome são, respectivamente:

- (A) *Redundant Array of Inexpensive Disks* ou conjunto redundante de discos baratos; melhorar o desempenho e a tolerância a falhas do armazenamento de dados em discos rígidos.
- (B) *Ready-Access Internet Device* ou dispositivo de acesso imediato à Internet; melhorar a velocidade de acesso a páginas Web e outros conteúdos da Internet.
- (C) *Remote Access to Internet Disks* ou acesso remoto para discos na Internet; tornar mais conveniente o acesso a dispositivos de armazenamento de dados na nuvem.
- (D) *Remote Array of Interoperable Disks* ou conjunto remoto de discos interoperáveis; permitir o uso conjunto de diferentes tecnologias de discos rígidos para armazenamento de dados em nuvem.

— QUESTÃO 29 —

No contexto de segurança da informação na Internet, a técnica de *phishing* é

- (A) um tipo de ataque em que um usuário malicioso procura se passar por um certo usuário ou empresa para enganar outros usuários ou obter acesso a Web sites seguros.
- (B) uma técnica utilizada para pescar informações relevantes ou de interesse em meio à vasta quantidade de dados disponíveis na Internet.
- (C) um tipo de fraude em que um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário por meio do uso combinado de meios técnicos e engenharia social.
- (D) uma espécie de ataque que consiste em inspecionar o tráfego de dados em uma rede em busca de informações valiosas, como senhas e números de cartões de crédito.

— QUESTÃO 30 —

Assinaturas digitais podem ser realizadas com o mecanismo de criptografia de chaves públicas por meio do uso de

- (A) uma chave conhecida publicamente para encriptar as mensagens assinadas e uma chave privada para decriptá-las.
- (B) uma chave privativa para encriptar as mensagens assinadas e uma chave conhecida publicamente para decriptá-las.
- (C) uma chave única e amplamente conhecida para encriptar as mensagens assinadas a serem enviadas para todos os destinatários.
- (D) um par de chaves publicamente conhecidas, uma para o remetente e outra para o destinatário de uma mensagem assinada.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 31 —

A educação escolar brasileira, segundo a LDB (Lei n. 9.394/1996) está organizada em dois níveis, a saber, Educação Básica e Educação Superior. De acordo com as necessidades e especificidades do público atendido, o acesso a esses níveis educacionais pode ser garantido por meio de diferentes modalidades educativas. Dentre elas se destacam a

- (A) educação profissional, a educação especial e a educação de jovens e adultos.
- (B) educação afro-brasileira, a educação indígena e a educação do campo.
- (C) educação tecnológica, a educação quilombola e a educação especial.
- (D) educação a distância, a educação urbana e a educação do campo.

— QUESTÃO 32 —

Conforme a LDB/1996 e as atuais diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, esta modalidade é um direito que assiste a todos que não tiveram acesso a ela ou interromperam seus estudos na idade própria. Segundo essa lei, trata-se de um direito circunscrito

- (A) aos brasileiros que tenham deixado de finalizar o Ensino Fundamental obrigatório e tenham 18 anos completos na data do início do curso ou até 31 de maio do corrente ano.
- (B) àqueles que, com 17 anos, interromperam os estudos, permitindo a matrícula aos 16 anos somente para os jovens emancipados para os atos da vida civil.
- (C) àqueles que deixaram de ter acesso ou continuidade dos estudos no Ensino Fundamental e Médio em idade própria.
- (D) aos que deixaram de concluir o Ensino Médio, na condição de que se comprove a negligência do poder público no tocante ao oferecimento desse respectivo segmento da Educação Básica.

— QUESTÃO 33 —

A qualidade social da educação e a democratização de sua gestão implicam em constantes processos de avaliação, de modo a favorecer

- (A) o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos.
- (B) a identificação, a classificação, o ranqueamento e a premiação das melhores experiências educativas.
- (C) a análise de resultados de desempenho dos estudantes nas instituições educacionais dos sistemas de ensino medidos por meio de provas estandarizadas.
- (D) a padronização dos processos pedagógicos e o controle sobre o trabalho docente, de modo a garantir as condições de aprendizagem e o sucesso escolar.

— QUESTÃO 34 —

Tendo em vista os desafios para a garantia de uma educação de qualidade social a todos, como um direito de cidadania universal, fundamental e inalienável, seu enfrentamento deve ser fruto de

- (A) pesquisas que resultem no desenvolvimento de métodos, técnicas e recursos que assegurem maior disciplina e controle dos discentes.
- (B) políticas educacionais arrojadas do governo federal com intervenção nos sistemas de ensino que deixem de apresentar um bom Ideb.
- (C) ação voluntária de pais, profissionais liberais, associação de moradores, empresas e igrejas no entorno das instituições educativas.
- (D) esforços coletivos planejados, coordenados envolvendo a articulação de todos os entes federados e respectivos sistemas de ensino.

— QUESTÃO 35 —

Ao entender a educação como uma prática social, intrinsecamente articulada às relações sociais mais amplas, e um direito de todos, não se pode perder de vista as obrigações e as garantias do Estado no que se refere à oferta de uma educação pública, gratuita, obrigatória e de qualidade social, o que significa tratá-la como

- (A) um bem público e de direito social.
- (B) um serviço público a ser regulado pelo mercado.
- (C) uma mercadoria a ser ofertada segundo o perfil e interesse dos clientes.
- (D) um direito a ser usufruído segundo o perfil socioeconômico de cada um.

— QUESTÃO 36 —

Segundo a LDB/1996, são regras comuns a serem observadas pelos entes federados e respectivos sistemas de ensino no que se refere ao Ensino Fundamental e Médio a

- (A) organização hierárquica e sequencial dos conteúdos curriculares.
- (B) progressão anual por série, articulado a processos de reavaliação e reclassificação.
- (C) carga horária mínima anual de oitocentas horas e duzentos dias letivos.
- (D) frequência mínima de oitenta e cinco por cento do total dias letivos.

— QUESTÃO 37 —

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um conjunto de princípios sob os quais o ensino deve ser ministrado que, posteriormente, foram ratificados pela LDB/1996. Dentre os princípios estabelecidos figuram a

- (A) valorização do profissional da educação escolar, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e gratuidade do ensino público.
- (B) avaliação institucional centralizada, a padronização curricular e pedagógica nos sistemas de ensino, e o rigor disciplinar.
- (C) gestão democrática do ensino público, o respeito à liberdade e apreço à tolerância, e a eleição direta para o provimento do cargo de diretor.
- (D) igualdade de condições de acesso e permanência na escola, o respeito à hierarquia organizacional dos sistemas de ensino e a garantia de padrão de qualidade.

— QUESTÃO 38 —

De acordo com a LDB/1996, é uma incumbência dos professores no exercício de sua função nas instituições educacionais:

- (A) notificar o Conselho Tutelar do município a relação dos alunos com muitas faltas.
- (B) participar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento educacional.
- (C) fazer trabalhos voluntários e prestar serviços assistenciais.
- (D) promover festas para a arrecadação de recursos financeiros.

— QUESTÃO 39 —

Os recursos financeiros públicos vinculados constitucionalmente para manutenção e desenvolvimento do ensino são oriundos da receita de impostos e

- (A) de taxas.
- (B) do salário-educação.
- (C) de doações.
- (D) de mensalidades.

— QUESTÃO 40 —

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu art. 212 que a União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, municípios e Distrito Federal vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino (MDE). São considerados como gastos com MDE as despesas realizadas com

- (A) manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; e programas e ações de assistência social e psicopedagógicas.
- (B) aquisição de material didático-escolar; manutenção de programas de transporte escolar; e programas suplementares de alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica a estudantes e profissionais da educação.
- (C) remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; e a concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
- (D) subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportiva ou cultural; obras de infraestrutura realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar; e remuneração de profissionais da educação em desvio de função.

— QUESTÃO 41 —

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, devem ser abordados, de modo transversal, nos componentes curriculares:

- (A) Ecologia; Educação Profissional Tecnológica; Organização Social e Política Brasileira; Diversidade; Empreendedorismo.
- (B) Educação de Jovens e Adultos; Ecologia e Desenvolvimento Sustentável; Matemática Financeira; Educação para o Lar e para a Vida; Negociação Coletiva e Mediação de Conflitos.
- (C) Empreendedorismo; Noções básicas de Economia; Ergonomia e Qualidade de Vida; Contabilidade Doméstica.
- (D) Educação Alimentar e Nutricional; Processos de Envelhecimento; Respeito e Valorização do Idoso; Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação em Direitos Humanos.

— QUESTÃO 42 —

O uso das tecnologias de informação e comunicação nas práticas educativas deve propiciar

- (A) a padronização dos métodos didático-pedagógicos.
- (B) o enriquecimento das aprendizagens.
- (C) o controle sobre as atividades docentes.
- (D) a competitividade entre os estudantes.

— QUESTÃO 43 —

De acordo com a LDB/1996, a Educação de Jovens e Adultos é

- (A) uma etapa da educação básica.
- (B) uma modalidade da educação básica.
- (C) um nível da educação brasileira.
- (D) um segmento da educação superior.

— QUESTÃO 44 —

A Emenda Constitucional 59/2009 determina que a educação obrigatória, de quatro a dezessete anos, deverá ser universalizada até o ano de

- (A) 2014
- (B) 2015
- (C) 2016
- (D) 2017

— QUESTÃO 45 —

Segundo as Diretrizes para a Educação Indígena, aprovadas pelo CNE e homologadas em 2012, constitui um dos elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena a

- (A) desobrigação de exclusividade do atendimento a comunidades indígenas por parte de professores indígenas oriundos da respectiva comunidade.
- (B) importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas.
- (C) padronização curricular visando à inclusão dos povos indígenas na sociedade urbana não indígena e a socialização dos povos contemporâneos.
- (D) prevalência sociolinguística da etnia mais numerosa nos territórios etno-educacionais no processo de alfabetização.

— QUESTÃO 46 —

O tema da avaliação do rendimento dos estudantes e da avaliação institucional constituem importantes aspectos presentes na atual LDB. A esse respeito,

- (A) estabelece uma inovadora perspectiva de avaliação, pois descentraliza o processo avaliativo e atribui essa competência prioritariamente aos sistemas de ensino no âmbito de estados e municípios.
- (B) institui um processo multicêntrico de avaliação, fato corroborado no apelo expresso no corpo da lei para que os sistemas municipais de ensino se incumbam da avaliação das instituições de educação superior presentes no município.
- (C) privilegia uma perspectiva de avaliação individual no tocante ao rendimento dos estudantes do ensino superior e que desconsidera o conjunto dos elementos que integram a instituição em que estes realizam seus estudos.
- (D) considera a avaliação em seus diversos aspectos, estabelecendo que a União deve se incumbir de assegurar em âmbito nacional a avaliação das instituições de educação superior e de seus respectivos estudantes.

— QUESTÃO 47 —

Na secretaria do curso de pedagogia de uma universidade, os servidores técnicos estão atônitos com a quantidade de solicitações de autorização institucional para a realização de estágios remunerados. Entre as solicitações, algumas delas correspondiam à atuação no Ensino Médio. Considerando o caso das solicitações para estágio no Ensino Médio à luz das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, essas solicitações devem ser

- (A) recusadas, pois o curso de pedagogia têm como especificidade o trabalho no âmbito da Educação Infantil.
- (B) deferidas quando se tratar de situações de apoio pedagógico, tais como estágio junto à supervisão ou à coordenação pedagógica da escola.
- (C) devolvidas para a requerente, porque a formação inicial em pedagogia concerne à preparação para o magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.
- (D) acolhidas somente nos casos em que a solicitação compreender a atuação do estagiário como docente das disciplinas de formação específicas, a saber, filosofia e sociologia.

— QUESTÃO 48 —

Considerando a atual LDB no que concerne à formação docente, os profissionais do magistério

- (A) devem ter, pelo menos, formação superior e se inscrever em cursos de formação continuada, preferencialmente em cursos com sólida formação teórica, tais como a especialização e o mestrado.
- (B) devem ter, pelo menos, licenciatura curta e participar de cursos de formação continuada em instituições reconhecidas para lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- (C) tem a formação continuada preconizada como meio de substituir a formação inicial universitária, algo economicamente dispendioso e cujos resultados são incertos para a qualidade da educação, algo já apontada do pelos organismos internacionais.
- (D) tem a sua formação inicial realizada, preferencialmente, em cursos de licenciatura, de graduação plena, na modalidade presencial, podendo os recursos e as tecnologias da educação a distância serem integrados à formação continuada.

— QUESTÃO 49 —

Segundo estudiosos do trabalho docente, como Tardif e Lessard (2005), o exercício profissional do magistério compreende algumas características peculiares derivadas da instituição em que este trabalho se realiza e derivadas também da própria natureza do trabalho docente. Considerando as singularidades do trabalho docente, este pode ser definido como um trabalho

- (A) interativo e que, portanto, é coproduzido no processo de sua realização; ocorre no contexto de uma instituição que atua sobre coletividades e sobre indivíduos, perseguindo finalidades amplas e, por vezes, ambíguas e contraditórias.
- (B) afetivo-relacional, pois situa-se como uma forma laboral cujo valor primeiro é de natureza emocional, manifesto na sensibilidade dos docentes aos estudantes e na intuição como norteadora da gestão da classe em direção às situações de aprendizagem.
- (C) de execução, realizado em uma instituição que estabelece relação direta com o sistema capitalista e a ele é subordinada, cujas prescrições estão nas determinações emanadas de dispositivos legais, dos conselhos e das secretarias de educação.
- (D) técnico-artesanal, cuja principal característica é a de ser aprendido ao longo do tempo, pela experiência; é uma forma laboral na qual o trabalhador decide de forma livre e autônoma os elementos de concepção, de desenvolvimento e de avaliação de sua atividade.

— QUESTÃO 50 —

Tendo por base os estudos de Paro (1997), Tardif e Lessard (2005) a respeito da organização das instituições educacionais e do trabalho de seus profissionais, as escolas

- (A) correspondem a um tipo de instituição em que inexistente divisão de trabalho e de tarefas, pois todos os trabalhadores da escola, coordenadores, docentes, funcionários etc. concorrem para a produção do processo educativo.
- (B) correspondem a um modelo celular, proveniente da forma organizacional taylorista, cuja principal característica é a divisão linear e piramidal do trabalho que, por sua vez, interfere diretamente no trabalho do professor.
- (C) representam instituições nas quais diferentes profissionais da educação exercem suas atividades, segundo uma determinada divisão do trabalho e de tarefas nas quais o exercício da docência cabe aos professores.
- (D) representam um tipo de instituição cuja organização difere substancialmente das demais instituições sociais, sendo impossível traçar qualquer analogia entre o trabalho realizado pelos docentes e o de outros trabalhadores.

— QUESTÃO 51 —

As instituições educacionais de ensino superior ou da educação básica estão sempre inseridas em uma determinada região e determinada comunidade. A atual LDB, ao considerar esta questão, preconiza que as instituições educacionais

- (A) devem se associar aos líderes locais a fim de viabilizarem a manutenção e o custeio da escola, elemento fundante da proposição de aproximação entre escola e comunidade.
- (B) devem instituir iniciativas que envolvam e promovam a participação, a integração e a reciprocidade com a comunidade, guardadas suas especificidades como espaço formativo.
- (C) devem se valer da prestação de serviços à comunidade e a empresas de âmbito regional, tendo em vista sua autonomia institucional, sobretudo em se tratando das particularidades do ensino superior.
- (D) devem se aproximar da comunidade local, todavia estas são proibidas de interferir nos processos que envolvam a formulação de proposições e decisões nas instituições de nível superior.

— QUESTÃO 52 —

O Congresso Nacional discute atualmente um importante elemento do planejamento educacional no Brasil, o Plano Nacional de Educação, que compreende

- (A) um conjunto sistematizado de proposições e ações que visam assegurar o direito à educação no Brasil para todos os cidadãos.
- (B) uma base estruturada de ações especificamente formuladas e direcionadas para a garantia do ensino obrigatório.
- (C) uma rede de iniciativas que mobiliza a sociedade civil e formula políticas com o fim de ofertar com qualidade o Ensino Fundamental obrigatório.
- (D) um texto que, elaborado com a participação popular, institui ações para a permanência dos estudantes na Educação Superior.

— QUESTÃO 53 —

Segundo Libâneo (2001), as principais funções do coordenador pedagógico da escola compreendem

- (A) o desenvolvimento de projetos emanados do Ministério da Educação ou da secretaria de educação à qual é vinculado, bem como fazer cumprir as diretrizes e disposições que regulam o trabalho escolar.
- (B) a instituição de parcerias com a comunidade, visando angariar recursos junto à população circunvizinha para a viabilização dos projetos da escola, como festa junina, passeios etc., e também a elaboração de planos de aula para os docentes.
- (C) a realização e supervisão das ações administrativas da escola, das ações técnico-pedagógicas no âmbito da secretaria da escola e o acompanhamento dos projetos que envolvam a comunidade.
- (D) o planejamento, a coordenação, a gestão, o acompanhamento e a avaliação de todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, cujo objetivo final é o de garantir o efetivo aprendizado dos alunos.

— QUESTÃO 54 —

Estudos recentes sobre formação docente e educação a distância (Dourado, 2011) apontam que essa modalidade de ensino pode ser caracterizada como

- (A) uma perspectiva de oferecimento da educação que se expandiu muito nos últimos anos, e trata-se de uma formação que pode ser integrada à educação presencial e deve ser utilizada, sobretudo, na formação continuada.
- (B) um projeto de formação fadado ao fracasso, pois as ações realizadas nessa direção são todas elas fomentadas e custeadas pelo poder público municipal, inexistindo ação coordenada pelo MEC em âmbito nacional.
- (C) um meio de formação que pode ser promissor, mas que é dificultado pelo fato de que ano após ano o percentual de brasileiros com acesso à internet, a microcomputador e sistemas de telefonia está praticamente estagnado.
- (D) uma concepção de ensino cujos sentidos, conteúdos e cuja metodologia são os mesmos da educação presencial, embora seus certificados e diplomas deixam de ter o mesmo reconhecimento legal que os adquiridos por meio de cursos presenciais.

— QUESTÃO 55 —

No âmbito das profissões, um valor importante é a autonomia do profissional. Considerando a profissão docente e a organização do trabalho pedagógico da escola, a autonomia dos professores compreende

- (A) o exercício de uma ação responsável e consciente de se deliberar no âmbito da profissão, considerando as finalidades, os aspectos éticos e o conjunto dos elementos que integram seu trabalho.
- (B) a deliberação de foro íntimo, portanto, é orientada por referências do próprio professor que, com base em seus valores individuais, deve posicionar-se em seu ambiente de trabalho em relação à equipe diretiva da escola.
- (C) o resultado da concessão dada pelos governos, notadamente pelas secretarias de educação, de que os docentes podem deliberar sobre os conteúdos de ensino e sobre as formas de avaliação dos alunos.
- (D) a expressão da ação independente dos docentes, evidenciando sua autonomia e não submissão à equipe diretiva da escola e ao projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino.

— QUESTÃO 56

Em uma instituição educacional, o coordenador pedagógico se viu diante da necessidade de buscar elementos que subsidiassem suas ações no tocante aos resultados alarmantes obtidos por sua instituição na última edição de uma avaliação em larga escala de âmbito nacional. A direção da instituição demanda que ele conheça melhor o que se passa, produza conhecimento fiável e auxilie na tomada de decisões pedagógicas. Considerando tal contexto, esse coordenador deve

- (A) contratar assessoria técnica especializada e habilitada no âmbito da pesquisa em educação, pois aspectos relativos à produção de conhecimento sobre a instituição e apoio ao processo de tomada de decisões estão fora de suas atribuições profissionais.
- (B) buscar informações diversas, por exemplo, através da realização de entrevistas com professores e estudantes, da elaboração de relatórios longitudinais de desempenho institucional, e de levantamento de dados do MEC etc., e sistematizá-las tendo em vista apoiar as decisões que serão tomadas.
- (C) recorrer à sua intuição, ou seja, valer-se de sua sensibilidade perceptiva àquela realidade específica para encadear as ações em diversos níveis, relativas ao quadro de docentes, de estudantes, de técnicos administrativos, com o propósito de reestruturar a instituição.
- (D) usar técnicas de gestão modernas, como a reengenharia de processo, identificando os pontos frágeis, notadamente número de empregados, postos-chave, rede de funções e hierarquias, tendo em vista o corte de custos e o balanço positivo das finanças.

— QUESTÃO 57

Segundo a LDB/1996, a Educação Especial é uma modalidade educativa que deve ser ofertada

- (A) preferencialmente em classes, escolas ou serviços especializados.
- (B) exclusivamente em classes, escolas ou serviços especializados.
- (C) preferencialmente na rede regular de ensino.
- (D) exclusivamente na rede regular de ensino.

— QUESTÃO 58

Na educação brasileira atual, tem-se diversos indicadores e avaliações de diagnóstico em larga escala, tais como Ideb e Saeb. No que se refere especificamente ao Saeb, ele é constituído pela

- (A) Avaliação Nacional da Educação Básica, pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar e pela Avaliação Nacional da Alfabetização.
- (B) Avaliação Nacional do Desempenho Docente, Avaliação Nacional do Desempenho Discente e Avaliação Nacional do Desempenho do Gestor Escolar.
- (C) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, Avaliação Nacional da Educação de Jovens e Adultos e Avaliação Nacional da Educação Superior.
- (D) Avaliação Nacional do Ensino Médio, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes.

— QUESTÃO 59

Na elaboração de um plano de ensino e de um plano de aula, a seleção dos conteúdos de ensino são tarefas essenciais. Segunda a compreensão crítica e sócio-histórica da educação a esse respeito, os conteúdos de ensino devem

- (A) ser selecionados com base no cotidiano dos alunos, evitando conhecimentos desnecessários.
- (B) circunscrever-se ao interesse e à disposição dos alunos, promovendo com isso sua formação crítica.
- (C) ser selecionados considerando a relevância sócio-histórica do conhecimento, sem desconsiderar o disposto nos programas escolares e tendo a realidade do aluno como ponto de partida.
- (D) ser estritamente selecionados na realidade social e imediata do aluno, favorecendo assim sua autonomia e sua formação crítica à medida que contempla sua experiência de vida.

— QUESTÃO 60 —

O Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), em tramitação no congresso nacional, compreende

- (A) a segunda edição, pós-LDB/1996, de uma antiga ambição na educação brasileira, pois a ideia de um plano nacional em matéria de educação é algo que esteve presente na Constituição Federal de 1934 e está presente na atual Constituição Federal.
- (B) a proposição de algo sem precedentes na história da educação brasileira, fruto da mobilização da sociedade civil e do Congresso Nacional, impulsionado por diversos atores sociais, como sindicatos, associações científicas etc.
- (C) uma iniciativa que tem a função de exercer ação complementar às políticas municipais e estaduais na área da educação, visto que se trata de uma ação que se consubstancia em política de governo.
- (D) um projeto inédito que ambiciona constituir um plano nacional no âmbito da educação brasileira, cujo ideal é sem precedentes, tornando sem efeitos todos os dispositivos legais anteriores.